

Senado tem poder de veto mas se omite sobre dívida

Consuelo Dieguez e
Rita Tavares

BRASÍLIA — A delicada situação do Brasil junto à comunidade financeira internacional não mobiliza o Senado Federal, que pela primeira vez na história terá poder para vetar um acordo com os credores externos, como determina a nova Constituição. Preocupados com suas campanhas eleitorais, os senadores ignoram a renegociação da dívida externa de US\$ 114 bilhões, que definirá a situação econômica do país para a próxima década. Em outubro, quando os senadores estarão envolvidos no pior momento da campanha entre o primeiro e o segundo turnos, o governo deve fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que precisará do aval do Senado. "Até agora, os parlamentares não se deram conta da responsabilidade que têm nas mãos", adverte o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

Prova evidente da apatia dos parlamentares foi dada na última semana: apenas sete dos 74 senadores e nenhum dos 495 deputados participaram de um seminário, organizado pela assessoria do Senado, para discutir a renegociação da dívida externa. Os sete senadores se revezaram na condução dos debates e, quando não estavam na direção dos trabalhos, deixavam o auditório. Os políticos que insistiram em permanecer no seminário che-

garam a cochilar, não ouvindo as ameaças do presidente do Citibank, John Reed, e do vice-presidente do Banco de Tóquio, Eiichi Matsumoto, de excluir o Brasil do mercado financeiro internacional.

Jogo de empurra — O governo, que até hoje não precisava do aval do Senado para fechar qualquer tipo de acordo, não demonstra estar preocupado com essa apatia dos parlamentares. Embora a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o embaixador Jório Dauster, principal negociador da dívida brasileira, tenham insistido, durante o seminário, na necessidade de um trabalho conjunto entre Executivo e Legislativo, não procuraram oficialmente nenhum senador. "Estamos aguardando o Senado dizer como quer participar", explica Dauster. Mas, num verdadeiro jogo de empurra, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, replica: "O governo não nos deu nenhuma informação sobre como estão sendo conduzidas as negociações com o Fundo".

O Senado não pode sentar à mesa de negociação entre o governo e os credores. Esse papel é reservado ao Executivo. Mas os parlamentares terão poder para vetar o acordo e fixar os limites para a remessa de dólares ao exterior para o pagamento da dívida. O líder do PSDB, senador Fernando Henrique Car-



Fernando Henrique: apoio

doso, consciente do papel limitado que terá na negociação, quer, pelo menos, receber informações permanentes sobre o que está sendo negociado. "O governo não pode nos entregar um prato feito. Temos de conhecer o teor do acordo para sabermos até que ponto podemos ir", adverte Fernando Henrique.

Informalmente, Severo Gomes vem conversando com Jório Dauster. O senador está preocupado com falta de entrosamento entre os dois poderes e adverte: "Se nos próximos dez dias, o governo não oficializar a conversa, vou apresentar



Passarinho: preocupação

um projeto de lei fixando os parâmetros para a negociação da ministra Zélia com os credores internacionais". Segundo sua interpretação, esses parâmetros se baseiam muito mais numa fundamentação política do que técnica. Mesmo consciente de que seu projeto pode ser limitado, Severo diz que precisa "fazer algo para não ser acusado de omissão" e admite que a tradição dos políticos brasileiros é ignorar assuntos internacionais.

Teatro — Fernando Henrique sugere que a ministra Zélia adote o



Bresser: uma inutilidade

mesmo comportamento dos ex-ministros Dilson Funaro e Luiz Carlos Bresser Pereira, que tinham contatos frequentes com uma comissão de senadores encarregada de acompanhar todos os passos da negociação. Ambos foram seguidas vezes ao Congresso discutir com os parlamentares suas propostas de negociação. No final de junho de 1987, quatro senadores viajaram aos Estados Unidos e conversaram com banqueiros e autoridades do governo americano sobre o acordo que Bresser tentava fechar. "Foi

a primeira conversa política que tivemos", lembra Fernando Henrique, um dos integrantes da comissão.

Os senadores queriam mostrar aos credores o apoio que Bresser tinha do Congresso, independentemente de partidos, para a negociação da dívida brasileira. "Havia um esforço de todos para chegar a uma solução positiva para o Brasil", diz Fernando Henrique. Mas o poder de influência da comissão era mínimo, já que eles não tinham nenhum poder de vetar ou mudar os acordos. "Ir aos Estados Unidos foi um gesto teatral, mas isso é muito importante em política", pondera Severo Gomes, consciente do impacto que o apoio do Congresso pode dar a uma negociação. Hoje, Bresser duvida da força do parlamento: "Os banqueiros não levam muito em conta isso".

Mas nas difíceis negociações com credores oficiais e privados que o governo Collor começa a experimentar, o poder de veto concedido ao Senado pela Constituição é um dos maiores trunfos que o Executivo espera brandir na mesa de negociações. Afinal, pondera um dos responsáveis por essas negociações, o Brasil sempre ouviu do outro lado da mesa que não poderia esperar concessões às suas propostas em função dos limites impostos ao Executivo e às empresas privadas pelo parlamento dos países desenvolvidos.